



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AC
Estudo Técnico Preliminar da Contratação ETP

Processo nº 08797.000160/2021-84

1. **INFORMAÇÕES BÁSICAS**

Número do processo: 08797.000160/2021-84

2. **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul (DPF/CZS/AC) tem como atividade precípua a atuação como polícia judiciária da União na circunscrição que abrange os municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Jordão, Tarauacá e Feijó, no estado do Acre, e Guajará, Ipixuna, Eirunepé, Envira e Itamarati no estado do Amazonas.

O terreno da Delegacia possui aproximadamente 1.800m² (mil e oitocentos metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 820m² (oitocentos e vinte metros quadrados).

Atualmente, o imóvel encontra-se com necessidade de melhorias em suas instalações físicas, visando a conservação do patrimônio e a segurança e o bem-estar dos servidores.

A fim de atender as demandas solicitadas, faz-se necessário a execução de recuperação da Delegacia.

A contratação do serviço encontra-se aprovada no Plano Anual de Obras da Polícia Federal de 2021 por meio dos códigos AC-2021-27.

3. **ÁREA REQUISITANTE**

Área Requisitante: DPF/CZS/AC

Responsável: Fabrício Santos da Silva

4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação e seus anexos.

Como requisitos lato sensu, a contratação deve contemplar o seguinte:

- Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;
- Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;

- Dimensionamento correto do valor estimado da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível.

Obrigações da CONTRATADA:

Certidão de Registro da empresa junto ao CREA/CAU;

Certidão de Registro do(s) responsável(is) técnico(s) junto ao CREA/CAU

Instalação de cobertura com telha termoacústica com, pelo menos, 200m² de área;

Obra de construção e/ou reforma de edificação com, pelo menos, 250 m² de área construída;

Quanto à capacitação técnico-profissional: apresentação de atestado(s) de responsabilidade técnica devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) de nível superior (engenheiros / arquitetos) executado para pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado de forma satisfatória, atividades pertinentes e compatíveis com as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da presente contratação, a saber:

Execução de pintura com tinta acrílica.

Execução de emboço/massa única;

Execução de piso intertravado em blocos cimentícios;

Execução de cobertura com telha metálica;

Execução de obra de construção e/ou reforma de edificação;

Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame:

O sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;

O administrador ou o diretor;

O empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou

O prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O valor estimado deverá ter como base orçamento técnico de engenharia, com o uso das tabelas oficiais de mercado como o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI).

Em virtude do objeto, a presente contratação se configura como serviço comum de engenharia, haja vista que podem ser estipulados padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme definição constante do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002, Súmula TCU 257/2010 e Decreto 10.024/2019.

A solução adotada será a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico. A utilização dessa modalidade tem o efeito de atingir um número maior de possíveis fornecedores, privilegiando dessa forma os princípios da competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

A forma de execução é indireta, em regime de empreitada por preço unitário, conforme art. 6º, inciso VIII, alínea b, da Lei nº 8.666/93. Esse regime se justifica pela possibilidade de variação entre os quantitativos definidos em projeto e aqueles efetivamente empregados nos serviços.

Foram identificadas pelo menos 15 (quinze) empresas atuantes no ramo de reparação de estruturas, conforme Mapa (20947754). Com isso, vislumbra-se uma ampla competitividade e preços vantajosos para esta Administração. Ademais, o mercado de construção civil está em ascensão devido à retomada do crescimento em razão do controle da Pandemia do COVID-19 e a evolução do Programa Nacional de Vacinação.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução adotada para a demanda em questão foi a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a recuperação da Delegacia.

A adoção da solução tem como lastro outras contratações similares realizadas pela Polícia Federal, são elas:

- 6.1. Contratação de Obra de Reforma da DPF/JVE/SC (2019), processo 08490.006467/2018-38.
- 6.2. Contratação de Execução de Novo Alamedado na ANP (2019), processo 08204.002156/2018-88.
- 6.3. Contratação de Obra de Reforma da SR/PF/SC (2018), processo 08490.003945/2018-58
- 3.4. Contratação de Obra de Nova Guarita da SR/PF/SC (2020), processo 08490.001842/2020-78.
- 6.4. Construção da nova delegacia de Pacaraima/RR, processo 08200.301136/2016-65.
- 6.5. Construção da nova delegacia de Ponta Porã/MS, processo 08335.007380/2019-51.
- 6.6. Contratação do Projeto Básico e Executivo para a Construção da Nova Sede da Delegacia da Polícia Federal em Tabatinga/AM, processo 08240.013393/2019-19

Métodos e modos da execução:

O contrato terá duração inicial de 06 (seis) meses;

A execução dos serviços terá duração prevista de 90 (noventa) dias.

Os trabalhadores da contratada somente poderão adentrar e permanecer nas dependências da contratante quando em serviço e nos locais previamente autorizados;

Os trabalhos iniciarão com a expedição da ordem de início, após assinatura do contrato;

Os serviços na Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul devem ser realizados, preferencialmente, de segunda à sexta feira, das 07:30 horas às 17:30 horas. Eventuais alterações devem ser comunicadas previamente.

A contratada deverá fornecer ART/RRT dos serviços a serem prestados, quando necessário, assinada pelos responsáveis técnicos, em até 5 (cinco) dias após a ordem de início;

A execução dos serviços será acompanhada pela fiscalização, que poderá, a qualquer momento, avaliar, sugerir ou vetar soluções técnicas propostas pela contratada.

A mão de obra a ser utilizada será composta por, no mínimo:

- a) Um responsável técnico (engenheiro ou arquiteto);
- b) Encarregado geral de obras;
- c) Ajudantes de obra.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

As quantidades e memórias de cálculo deverão ser apresentadas em documentos do tipo "Planilha Orçamentária" ou "Planilha de Composições e pesquisas de mercado" que deverão ser anexos ao Edital da licitação.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor máximo estimado a princípio para a contratação é de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), conforme aprovação no PLANOB 2021.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Com relação à IN SEGES/MP 05/2017, ao § 1º, art. 23 da Lei 8.666 de 1993 e à Súmula 247 – TCU, sugere-se o não parcelamento da licitação, pois a existência de diferentes empresas realizando serviços assemelhados, subsequentes e complementares torna o contrato técnica, econômica e administrativamente desfavorável à Administração.

O parcelamento da contratação também poderá ocasionar, entre outros aspectos: dificuldades na responsabilização por possíveis problemas na execução principalmente em serviços que se complementam; entraves na compatibilização da execução de sistemas diversos, exigindo uma sincronização inviável entre diferentes empresas; prejuízo para o conjunto da solução e perda de economia de escala.

10. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não há, a princípio, contratações correlacionadas ou interdependentes ao escopo do objeto.

11. **ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

A contratação do objeto em tela faz parte do Plano Anual de Obras 2021 da Polícia Federal, código AC-2021-27.

12. **RESULTADOS PRETENDIDOS**

Benefícios diretos e indiretos almejados com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a melhoria da qualidade do serviço realizado na estrutura e melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros do órgão.

Manutenção predial, conservação do bem público e melhor ambiente de trabalho para seus servidores.

Melhoria da segurança orgânica da Delegacia.

13. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

A contratada, juntamente com a equipe de fiscalização e os servidores, deverão definir como se dará a operacionalização do funcionamento da Delegacia durante o período dos serviços, uma vez que deverá ser garantida a continuidade da prestação de serviços ao público pela Delegacia, o funcionamento regular de suas atividades e o controle de acesso às suas dependências.

Devido à presença constante de terceiros às dependências da Delegacia, deverá ser providenciado, com o apoio dos vigilantes, controle de acesso aos colaboradores das empresas que realizarão os serviços e de possíveis órgãos de controle e fiscalização. Além disso, os funcionários da CONTRATADA deverão zelar e adotar medidas para a segurança de informações, dos bens e das pessoas no âmbito da Delegacia.

O órgão deverá apresentar servidor capacitado para a gestão do contrato e fiscalização dos serviços ou promover sua capacitação antes do início da contratação.

14. **POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Por se tratar de serviço de construção civil, poderá haver um aumento do consumo de água e energia elétrica durante a execução dele, assim como a produção de resíduos. A contratada deverá respeitar as normas vigentes para minimizar esses impactos.

Requisitos de sustentabilidade necessários:

A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

Os geradores de resíduos da construção civil devem ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Os pequenos geradores devem seguir as diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, elaborado pelos municípios e pelo Distrito Federal, em conformidade com os critérios técnicos do sistema de limpeza urbana local.

Os grandes geradores deverão elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil próprio, a ser apresentado ao órgão competente, estabelecendo os procedimentos necessários para a caracterização, triagem, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequados dos resíduos.

Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

Ao contrário, deverão ser destinados de acordo com os seguintes procedimentos:

XXI. Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;

XXII. Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

XIII. Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

XIV. Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas

O Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pela Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes

15. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1. **JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE**

Com base nas informações levantadas até o momento neste estudo preliminar, entende-se ser viável a contratação.

16. **RESPONSÁVEIS**

THAÍS KLEIN FORNAZELLI MARTINS

Agente de Polícia Federal

Membro da Equipe de Planejamento

MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS

Agente de Polícia Federal

Membro da Equipe de Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS, Pregoeiro(a)**, em 24/11/2021, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20947705** e o código CRC **50C6650E**.

